

---

ARTIGOS - ARTICLES

---

Assimilação, trajetória literária e intelectual:  
o caso de José Albasini (1908-1935)

Thiago Henrique Sampaio<sup>1</sup>  
UNESP  
[thiago.sampaio92@gmail.com](mailto:thiago.sampaio92@gmail.com)

Como citar este artigo: SAMPAIO, T. H. “Assimilação, trajetória literária e intelectual: o caso de José Albasini (1908-1935)”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº 12, pp. 68-90. 2021. Disponível em <http://revistas.usp.br/revistaintelligere>. Acesso em dd/mm/aaaa.

**Resumo:** Em finais de Oitocentos e nas primeiras décadas da centúria seguinte, desenvolveu-se em Moçambique uma imprensa oriunda de uma elite negra local. Esse grupo conhecido como *assimilados*, buscaram denunciar as mazelas, desleixos e corrupções da administração colonial portuguesa nos territórios moçambicanos. Um destes periódicos que denunciaram foi *O Africano*, criado em 1908 pelo Grémio Africano de Lourenço Marques e que teve duração até 1919 sobre a direção dos irmãos João Albasini e José Albasini. A figura de José Albasini por muito tempo esteve a sombra da trajetória intelectual do seu irmão. Entretanto, José trilhou um caminho próprio e é considerado como o primeiro cronista de origem africana em Moçambique com sua série de textos *Em busca de saúde: crônicas de um doente*. O presente artigo busca pontuar as potencialidades existentes dentro da trajetória intelectual de José Albasini e sua atuação em Moçambique.

**Palavras-chave:** Imprensa em África, José Albasini, O Africano, Colonialismo.

*Assimilation, literary and intellectual trajectory:  
the case of José Albasini (1908-1935)*

**Abstract:** In the late 1800s and in the first decades of the following century, a press from a local black elite developed in Mozambique. This group, known as *assimilados*, sought to denounce the ills, negligence and corruptions of the Portuguese colonial

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Mestrado em História e Letras pela mesma Universidade.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6253591482952915>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9423-8949>

administration in Mozambican territories. One of these periodicals they denounced was *O Africano*, created in 1908 by the African Grêmio de Lourenço Marques and which lasted until 1919 under the direction of the brothers João Albasini and José Albasini. The figure of José Albasini for a long time was the shadow of his brother's intellectual trajectory. However, José followed his own path and is considered the first chronicler of African origin in Mozambique with his series of texts *In search of health: chronicles of a patient*. This article seeks to point out the potential that exists within José Albasini's intellectual trajectory and his performance in Mozambique.

**Keywords:** Press in Africa, José Albasini, *O Africano*, Colonialism.

Em finais de Oitocentos, com o crescimento do operariado, do comércio e do funcionalismo onde se integravam colonos que eram mandados para Moçambique que lutavam em partidos republicanos, socialistas ou sindicalistas europeus, criou-se na colônia um quadro de complexas lutas e reivindicações políticas que antes estavam presentes apenas em território metropolitano foi transferido para a colônia. Aconteceu a ascensão dos ideais republicanos que ganharam terreno nas localidades coloniais. Assim os africanos urbanizados com determinados estatutos sociais e privilégios foram influenciados e passaram a reivindicar direitos aos colonizadores (SOARES; ZAMPARONI, p. 132).

Esses ideais contribuíram para o surgimento das primeiras agremiações entre africanos. Em 1908 foi fundado o Grêmio Africano de Lourenço Marques, constituído por negros e mulatos com uma posição social privilegiada que se opunham aos abusos e práticas coloniais. No mesmo ano é iniciado *O Africano*, periódico que era propriedade do Grêmio. Era um jornal independente em relação aos partidos políticos existentes e assume uma posição de luta e de unidade entre diversos setores que devido à ineficácia da “ação civilizatória”, eram alvo da exploração capitalista e colonial e aos abusos e corrupções das administrações portuguesas e combatiam o poder colonial instituído (SOARES; ZAMPARONI, p. 132-134). *O Africano* era gestado por João Albasini e José Albasini, irmãos, que são considerados os precursores do nacionalismo moçambicano.

*O Africano* foi publicado até o ano de 1909, com treze números, devido a dificuldades financeiras foi encerrado e seu retorno aconteceu em 1911. Ao contrário do Grêmio Africano que só integrava mulatos e negros com uma posição social privilegiada, *O Africano* começou a integrar brancos radicados em Moçambique e que se associavam aos interesses dos africanos opondo-se aos abusos cometidos pelas práticas coloniais (SOARES; ZAMPARONI, p. 132-134).

A direção do jornal era dividida por João Albasini como diretor, José Albasini como editor e administrador-secretário José dos Santos Rufino. A emergente burguesia colonial portuguesa (funcionários, colonos radicados em Moçambique, operários e outros lusitanos) e a pequena burguesia local de africanos privilegiados desenvolveram uma complexa luta e consciência de denúncia social através de *O Africano*.

*O Africano* teve alta circulação em Moçambique e chegou a ser vendido para mineiros moçambicanos que trabalhavam na União Sul Africana. Era um jornal bilín-

gue, português e ronga. Entre seus textos publicados estavam às críticas da maioria da população africana e não apenas dos assimilados que eram submetidos à má administração portuguesa, ao trabalho forçado (chibalo), a alta cobrança de impostos e a violência da ocupação territorial.

### **Intermediários da colonização: os assimilados e o domínio da língua**

A Primeira República Portuguesa foi extremamente desorganizada em relação ao Império Colonial em África. Isso se deve a problemas internos que Portugal estava passando, mas é inegável que o que acontecia na metrópole causaria reflexos nas colônias. E, desde final de Oitocentos, Moçambique estava passando por importantes transformações econômicas, políticas, culturais e sociais.

Como assinalou Fernanda do Nascimento Thomaz, as importantes mudanças comerciais, políticas e sociais que ocorriam em Lourenço Marques desde finais de Oitocentos resultaram em um processo de autorreconhecimento de certa camada populacional que se identificavam como *filhos da terra*. O reconhecimento dentro desse estrato fazia parte de uma percepção do mundo em que se vivia, mostrando um determinado tempo marcado pelas ações humanas e uma identidade social (THOMAZ, 2008, p. 64).

É interessante as considerações de Valdemir Zamparoni que devemos analisar esse grupo social como uma classe em formação naquele momento histórico:

Não se trata de uma classe cristalizada, com consciência e um fim determinado a ser atingido, mas de um processo de construção no devir histórico; define-se paulatinamente no enfrentamento das condições coloniais, no qual se insere como uma das forças atuantes. Sua posição nesta estrutura social, se não lhe permite ver a totalidade do sistema de dominação colonial, ao menos possibilita-lhe perceber as práticas mais brutais deste sistema, lutar contra as mesmas e elaborar um projeto social distinto. Longe de ser monolítica, comporta latentes contradições que emergem consoante os distintos níveis e formas com que são atingidos os indivíduos que a compõem, diante dos conflitos sociais vivenciados na situação de colonizados (ZAMPARONI, 1998, p. 392).

Entre as mudanças ocorridas em finais de século, podemos assinalar o aparecimento de uma importante camada da população denominada assimilados. De acordo com Fátima Mendonça, a política de assimilação do Estado Colonial Português era produzir um grupo social intermediário, uma pequena burguesia africana que servisse de suporte à colonização. Foi deste grupo, entretanto, que surgiram as primeiras reivindicações políticas, como as posições contrárias à portaria dos Assimilados de 1917, as críticas ao vinho colonial e à forma de instrução desenvolvida em Moçambique (MENDONÇA, 2012, p. 199). Esse grupo político constituiu o núcleo formador do periódico *O Africano*.

Segundo André Victorino Mindoso (2017, p. 33) a assimilação seria o meio pelo qual as populações indígenas, de forma gradual, assimilariam os costumes e hábitos dos portugueses, em troca, poderiam desfrutar da cidadania e direitos que os colonos lusitanos possuíam nas colônias. Na mesma perspectiva sobre o assimilacionismo encontramos Peter Fry que afirmava

o princípio de assimilação, como meta de longo prazo, nunca foi questionado. Pelo menos em princípio, todos os sujeitos poderiam tornar-se cidadãos e, embora muitos portugueses duvidassem do valor de uma competição cada vez mais severa entre africanos e europeus pela obtenção de empregos, prestígio e riqueza (...) (PETER, 2003, p. 289)

Para outros autores, como Bridget O’Laughlin, o Estado Colonial funcionava para criar mecanismos de separação entre a população colonizada e a colonizadora. Dessa forma:

As leis, estatutos e políticas que opunham os cidadãos coloniais do indígena derivavam-se da questão laboral e da contradição de classes. Definem os cidadãos coloniais como aqueles que poderiam circular livremente, contratar os seus trabalhadores e adquirir propriedade; do mesmo modo definem quem não o poderia – o indígena (O’LAUGHLIN, 2000, p. 12).

De acordo com André Victorino Mindoso (2017, p. 39-40), a literatura sobre a questão dos assimilados e dos processos de assimilação ainda é algo escasso na produção científica e essa produção poderia se dividir em quatro tendências: a primeira enfatizando as relações sociais entre colonos e assimilados nos Estados Coloniais; a segunda o papel que as instituições coloniais teriam na “criação” dos assimilados; a terceira enfatizando as trajetórias biográficas de importantes assimilados das sociedades coloniais e, por fim, mostrando como a assimilação teria se ressignificado com as lutas de libertação em África.

A desorganização política resultante da implantação da Primeira República evidencia como os assimilados construíram seu percurso político em Moçambique. José Moreira afirma que os jornais são importantes veículos de demonstração de embates dessa camada da população e suas lutas ideológicas. Esse grupo teria sido constituído de intelectuais, jornalistas e políticos que estiveram atuando localmente na primeira fase da República. Além disso, o autor assinala que sua contínua e acentuada destribalização e sua incorporação dos modos urbanos e ocidentais permitiram ações políticas em âmbitos regionais e certos graus de lideranças (MOREIRA, 1997, p. 29).

Lourenço Marques foi o palco principal desses embates ideológicos da população assimilada nos periódicos existentes em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Isso se deve a alguns fatores elencados por José Moreira, como a diversidade populacional existentes na localidade que possuíam europeus, asiáticos e africanos nos espaços urbanos e ela ser uma cidade cosmopolita, por isso ser capital da

colônia, tais fatores contribuiriam para a existência de certa segregação da sua população. Além disso, Lourenço Marques teria um forte grupo de assimilados católicos no qual reivindicava a instrução política como forma de melhor divulgar a língua portuguesa, meio fundamental para a promoção social e profissional dos indivíduos na colônia (MOREIRA, 1997, p. 42-47).

José Moreira ressaltou que uma das principais figuras de assimilado em Moçambique no começo do século XX foi João Albasini, que lideraria as reivindicações desse grupo social, e seu irmão José Albasini. Para Moreira, o projeto de assimilação teria começado nos anos finais da Monarquia, sendo logo encampado pela Primeira República e representa um momento decisivo de embates e lutas por direitos. Houve reivindicação dessa camada para ser considerada portuguesa, mas tal demanda nunca foi atendida (MOREIRA, 1997, p. 78). Dessa forma, os assimilados tiveram que assumir papel intermediário em suas comunidades coloniais, porque, se não se viam como colonizados, também não se reconheciam como colonizadores.

Para José Moreira, os assimilados, devido a suas posições profissionais (a maioria ocupava cargos da administração pública) e suas qualificações literárias para escreverem nos periódicos que circulavam na colônia, pertenciam ao mundo dos brancos, urbanos e “civilizados”, mas pelo ângulo da raça, pertenciam ao dos negros colonizados (MOREIRA, 1997, p. 78).

Os estudos de José Moreira consideram os processos de assimilação como a ideologia colonial portuguesa por excelência, pois a noção de colonização e assimilacionismo caminhariam juntas. Para o autor, todos os governos portugueses teriam percebido a utilidade desse grupo populacional e sua missão de “influenciar eficazmente as massas populares” (MOREIRA, 1997, p. 93).

A política de assimilação teve alguns atrativos para os colonizados locais. Durante a Primeira República em Lourenço Marques, os africanos “educados” procuravam a assimilação com certo entusiasmo, de acordo com José Moreira, a noção de civilização os atraía devido à ascensão social que poderiam ter e o desenvolvimento capitalista que floresceu em Moçambique nas últimas décadas de Oitocentos causavam interesses. Assim, assimilar a cultura europeia e tirar benefícios materiais seria extremamente importante para essa camada social, assim o colonizador “tinha a obrigação de cumprir essa missão civilizadora da assimilação”. Os colonos não se sentiam ameaçados por esse grupo social, pois acreditavam que os assimilados seriam o ponto fundamental para a sustentação do Estado Colonial e a colonização portuguesa na localidade (MOREIRA, 1997, p. 96-97).

A partir do que levantamos até aqui, podemos compreender as engrenagens do Estado Colonial, assim, o assimilado faria parte dessa grande estrutura de dominação. Não podemos encará-lo como agente passivo nesse processo, muito pelo contrário, sua práxis na localidade influenciou de forma determinante a atuação das administrações coloniais e vice-versa. Dessa maneira, tudo funcionaria conforme uma lógica própria, como assinala Roland Corbissier:

Para assegurar o funcionamento da máquina, porém, não basta ao colonizador a superioridade militar e tecnológica, deve, além disso, legitimar ou tentar legitimar o empreendimento, aos olhos do colonizado e aos seus próprios olhos. Deve, pois, fabricar a ideologia do colonialismo, tentativa de justificação, *a posteriori*, em termos racionais, do domínio e da espoliação a que submete o povo conquistado. E qual poderá ser o conteúdo dessa ideologia? Só poderá ser uma superioridade do colonizador, que implica obviamente como contrapartida, a inferioridade do colonizado. (...) O colonizador não permite nem a assimilação, nem a transformação pacífica da colônia, mediante a participação dos colonizados na gestão do próprio destino. O colonizador representa a negação do colonizado e vice-versa, o colonizado representa a negação do colonizador. Os termos da antítese, ou da contradição, não podem ser absorvidos e superados em uma síntese superior pela simples razão de que, ao mesmo tempo, se implicam e excluem reciprocamente, quer dizer, a negação de um acarretando necessariamente a negação do outro (CORBISSIER, 1977, p. 7).

Na obra *O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*, Albert Memmi tratou da construção desse mundo do colonizador e do mundo do colonizado, que se sobrepuseram em alguns momentos e em outros não. Para o autor, o assimilado busca escapar da sua condição de colonizado e, para isso, procura parecer-se com o colonizador

(...) na esperança confessada de que deixe de reconhecê-los diferentes dele. Daí seus esforços para esquecer o passado, para mudar de hábitos coletivos, sua adoção entusiasta da língua, da cultura e dos costumes ocidentais. Mas, se o colonizador nem sempre desencoraja abertamente esses candidatos à sua semelhança, jamais lhes permitiu também realizá-la. Vivem assim em penosa e constante ambiguidade, recusadas pelo colonizador, participam em parte da situação concreta do colonizado, têm com ele solidariedade de fato; por outro lado, recusam os valores do colonizado enquanto pertencentes a um mundo decadente, do qual esperam escapar com o tempo (MEMMI, 1977, p. 30).

Para Albert Memmi, os recém assimilados situam-se muito aquém do colonizador, mas ostentariam com valor o status que adquiriram com a assimilação e desprezariam a situação do colonizado, assim ficam

(...) deslumbrados ainda com seus privilégios, os saboreiam e defendem com avidez e inquietação. E, quando a colonização corre perigo, fornecem-lhe seus defensores mais dinâmicos, suas tropas de choque, e, algumas vezes, seus agentes provocadores. (...) Os representantes das autoridades, quadros, caides, policias, etc, recrutados entre os colonizados, formam uma categoria de colonizados que preten-

de escapar à sua condição política e social. (...) Muitos dos traços do colonizado o chocam ou irritam, tem repulsa que não chega a esconder e as manifesta em observações que lembram curiosamente as dos colonialistas. Em verdade, está longe, o momento em que estava convencido, *a priori*, da identidade da natureza humana em todas as latitudes. Sem dúvida, ainda acredita nessa identidade, mas com em uma universalidade abstrata ou em um ideal situado no futuro da história (MEMMI, 1977, p. 30-38).

Na mesma perspectiva de Albert Memmi, encontramos as considerações de Valdemir Zamparoni (2009, p. 27), afirmando que os colonizadores, uma vez estabelecidos, encaravam a população local como privada de tudo, pois não possuíam a cultura europeia. Os colonizados eram vistos, pela lógica colonial, como desprovidos de tudo, o europeu se considerava um polo positivo de transformação nessas comunidades locais, enquanto tudo que seria derivado do nativo era negativo.

Uma das característica central dos assimilados é o fato de dominarem a língua do colonizador. De acordo com Valdemir Zamparoni (2009, p. 27), um dos instrumentos mais danosos utilizados pelo colonialismo foi a imposição da língua das metrópoles, que teria um caráter despersonalizante e alienante para o colonizado. Desta forma:

Os poucos atores que nesse universo foram incluídos fizeram dela uso muito distinto daquele que os agentes coloniais poderiam esperar: não só usaram a caneta como a zagaia, voltando o controle que tinham da língua contra o cotidiano opressivo, como a recriaram, ao incorporar palavras, expressões e formas das várias línguas locais e falares populares que circulavam pelos espaços urbanos, subvertendo cânones e criando as bases para a reivindicação de uma moçambicanidade (ZAMPARONI, 2009, p. 27).

As trocas culturais em relação à língua eram uma constante nesse universo colonialista, comerciantes e caçadores que percorriam sertões em busca de mercadorias lançavam mão de línguas e os europeus do interior acabam assimilando dialetos e falares locais (ZAMPARONI, 2009, p. 28). Entretanto, com a intensificação do colonialismo de Oitocentos e as transformações acarretadas em Moçambique em início do século XX:

(...) a possibilidade de apropriação de termos das línguas locais por parte dos colonizadores passou a ser de diminuta possibilidade, pois estavam em argumentos de prestígio, de poder e de hierarquia, atuando também no âmbito linguístico os guardiões da pretensa superioridade europeia. Diferentemente do que ocorrera no passado, quando os portugueses não exerciam hegemonia de qualquer tipo, agora o inverso tenderia a acontecer: os colonizados inclinavam-se a aprender a língua do colonizador e dela apropriar, com

mais ímpeto, termos e palavras (ZAMPARONI, 2009, p. 32).

Na lógica defendida pelo colonialismo de superioridade europeia e inferioridade dos africanos, eram estabelecidos dogmas que defendiam que as línguas indígenas seriam incapazes de cumprir suas funções, sobretudo de transmissão de noções de “civilidade” e “modernidade” (como conceitos abstratos e científicos), seriam inviáveis como veículos de instrução e ensino. Segundo essa ideia, o colonizado ganharia ao aprender a língua metropolitana, pois seriam introduzidos ao “mundo civilizado e moderno”. Além disso, por não possuírem uma escrita, suas línguas seriam despossuídas de uma cultura e da civilização. É interessante perceber que nesse discurso colonial criava-se uma lógica de um “vazio cultural” existente nas sociedades colonizadas, que deveria ser preenchido pela cultura metropolitana (ZAMPARONI, 2009, p. 32).

De acordo com Valdemir Zamparoni, nunca foi interesse do colonialismo português a criação de sociedades bilíngues, mas coibir a existência das línguas nativas de direito. Autoridades locais em diversos momentos tentaram criar mecanismos de proibição para o uso, sobretudo na área de ensino e nas práticas missionárias. As missões deveriam ter um papel fundamental para transformar os nativos úteis a obra “civilizadora do colonialismo” e as escolas de instrução existentes em Moçambique deveriam evitar o aprofundamento conhecimento na língua metropolitana. Assim,

Os colonos e missionários estavam convencidos de que a assimilação real aos valores europeus estava fora de questão e o ensino da língua do colonizador deveria dar-se no mínimo estritamente necessário, fosse porque estavam além da capacidade congênita da imensa maioria dos “indígenas”, fosse porque nenhum benefício poderia trazer-lhes. Os poucos escolhidos, cuja “inteligência” era tida como acima da média, acabavam por se tornar bilíngues a serviço da administração e dos colonos (ZAMPARONI, 2009, p. 45).

Em Lourenço Marques, capital da colônia e cidade mais populosa de Moçambique, segundo o Censo de 1894, apenas 15 nativos sabiam ler e escrever, mas a localidade possuía uma tendência crescente e que a educação era vista como uma das poucas alternativas reais de ascensão social para os não-brancos. Os nativos com acesso a escolas públicas ou missionárias eram vistos com um certo temor pelos colonos portugueses. As missões católicas e protestantes tiveram papel ímpar para a introdução das línguas europeias na colônia (ZAMPARONI, 2009, p. 35-37).

No espaço citadino de Lourenço Marques, a língua portuguesa era um elemento de contato intercultural devido à existência de populações geograficamente e culturalmente distintas, mas não era a hegemônica. A obrigatoriedade do uso do português dava-se em âmbito administrativo (funcionários públicos e coloniais) e comercial. Segundo Valdemir Zamparoni



Bem ou mal, a língua portuguesa ocupava um lugar privilegiado na colônia e, paulatinamente, apesar da educação ineficiente, passou a ser um parâmetro para o estabelecimento e a agudização de distinções na estrutura sócio-racial local: no plano vertical, entre colonizadores e colonizados, no plano horizontal, entre os últimos, já que havia acesso e usos bastantes diferenciados, consoantes os graus de contato das populações colonizadas com o aparato administrativo colonial. Alguns, sobretudo os camponeses, distanciados dos colonos, usavam menos a língua portuguesa propriamente dita, mas um arsenal de palavras desta incorporado nas línguas locais. Esses termos expressavam realidades e nomeavam mercadorias e situações somente existentes com o fato colonial (ZAMPARONI, 2009, p. 45).

No âmbito da administração colonial, havia poucos funcionários negros e mestiços, os quais desempenhavam funções técnicas como as de intérpretes, gráficos e auxiliares administrativos. Esse grupo esforçava-se para um domínio mais erudito da língua portuguesa, com características europeizadas. Os indivíduos pertencentes a essa camada foram os principais responsáveis por criticar abertamente as mazelas do colonialismo e criar formas alternativas de denúncias aos abusos coloniais (ZAMPARONI, 2009, p. 46).

Os assimilados considerados mais “evoluídos” defendiam que a leitura e a escrita eram as únicas formas capazes de transformar os nativos em cidadãos capazes de se defender dos abusos cometidos pelas práticas colonizadoras. Acreditavam que aqueles que já possuíam certo grau de instrução deveriam trabalhar para que nenhum nativo deixasse de frequentar a escola e no mínimo soubesse ler, escrever e cantar em português (ZAMPARONI, 2009, p. 46). Como assinala Frantz Fanon, era na linguagem que estava a

(...) promessa do reconhecimento, dominar a linguagem, um certo idioma, e assumir a identidade da cultura. Esta promessa não se cumpre, todavia, quando vivenciada pelos negros. Mesmo quando o idioma é “dominado” resulta a ilegitimidade. Muitos negros acreditam neste fracasso de legitimidade e declaram uma guerra maciça contra a negritude. Este racismo dos negros contra o negro é um exemplo da forma de narcisismo no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que oferecem um reflexo branco (FANON, 2008, p. 15).

Nessa perspectiva, o fato de o assimilado dominar a linguagem do colonizador demonstra sua participação no mundo do qual a língua era oriunda. De acordo com Fanon,

Falar é estar em condições de empregar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.

(...) Já se vê aonde queremos chegar, existe na posse da linguagem uma extraordinária potência (FANON, 2008, p. 33-34).

Além do domínio da língua do colonizador, para ser considerado assimilado em Moçambique, alguns requisitos, como apontado por Fernanda do Nascimento Thomaz, deveriam ser cumpridos, como: práticas monogâmicas, ser maior de 18 anos, ter cursado pelo menos o primário, ter uma profissão que possibilitasse o seu sustento e de sua família, bom comportamento moral e cívico, ter prestado as suas responsabilidades com os serviços militares e possuir hábitos para a aplicação dos direitos públicos e privado português, ou seja, esse último item, ser considerado civilizado (THOMAZ, 2008, p. 44).

O domínio da língua escrita do colonizador tem um profundo significado político na vida dos assimilados. Compreender, escrever e ler a língua metropolitana “é mais do que o meio pelo qual os falantes se comunicam (APPIAH, 1997, p. 81)”, é uma forma de sentir a sua realidade e colocá-la em palavras. Esse é um importante papel desempenhado por intelectuais nos órgãos de imprensa em finais de Oitocentos e início da centena em Moçambique. Mas, afinal, por que devemos encarar esses literatos e jornalistas atuantes na imprensa periódica como intelectuais?

### Intelectuais e trajetórias literárias

De acordo com Ivete Walty e Maria Zilda Cury (WALTY; CURY, 2009, p. 223), a palavra intelectual ganhou sentido quando Émile Zola tomou a palavra para defender Alfred Dreyfus em finais de Oitocentos com o famoso manifesto *J'accuse!*. A palavra adquiriu assim seu sentido moderno, que remete àquele que toma a palavra nos espaços públicos e coloca a defesa dos valores de justiça, igualdade e direitos acima das razões do Estado. Ainda de acordo com as autoras,

Do latim *intelectuallis*, de que a palavra intelectual deriva, conservou-se o sentido relativo à inteligência. Decompondo-se a palavra temos: *intus* (para dentro) e *lectus*, participio passado de *legere* (ler). Ler (para) dentro das coisas, para seu interior. Mas *legere* no seu sentido etimológico guarda, simultaneamente, um sentido, uma qualidade do que sai de si, aquilo que extrapola o indivíduo para abrir-se numa dimensão também social. Ler, pois, pressupõe um movimento para o exterior, para comunicar-se com os outros, fazendo uma leitura do mundo, o que dota a palavra intelectual dos dois movimentos: para dentro de si e para fora de si. Alargando o sentido ainda a partir da etimologia da palavra, saliente-se a condição intermediária do intelectual, sua função mediadora.

Nessa perspectiva, de acordo com Augusto Silva

Só se justifica que o intelectual moderno nasce com a intervenção de Émile Zola no caso Dreyfus se usarmos a expressão no seu sentido próprio. O intelectual é diferente do “filósofo” do século XVIII e do “homem de letras” do século XIX. Ele é a figura que brota de um campo cultural, que acabava de estabelecer-se como campo social autônomo, e como tal se projeta na política. O *‘J’accuse!’* constitui o momento fundador desse movimento, pelo qual o criador intervém civicamente, aplicando ao espaço público os valores do campo cultural (SILVA, 2004, p. 39).

Para Augusto Santos Silva, a condição do intelectual foi alicerçada em três pilares: a crítica, a independência e a diferença. A diferença estaria entre seu campo cultural e a atuação no campo do poder, que buscaria intervir no espaço público. A independência exigiria o distanciamento que o intelectual deveria ter para politizar os seres não políticos. A crítica, por sua vez, remete à capacidade do intelectual para apontar possíveis desvios e abusos daqueles que exercem o poder (SILVA, 2004, p. 41-42).

As ações e falas públicas seriam atividades primordiais na atividade intelectual moderna, pois assumiriam a defesa das causas universais e a transgressão com a ordem social existente (CHAUI, 2006, p. 20). Como assinalava Pierre Bourdieu a respeito do aparecimento dos intelectuais

Os intelectuais surgiram historicamente no e pelo ultrapassamento da oposição entre a cultura pura e o engajamento. São por isso seres bidimensionais. Para invocar o título de intelectual, os produtores culturais precisam preencher duas condições: de um lado, pertencer a um campo intelectualmente autônomo, independente do poder religioso, político, econômico e outros, e precisam respeitar as leis particulares desse campo de outro lado, precisam manifestar sua perícia e autoridade específica numa atividade política exterior ao campo particular de sua atividade intelectual. Precisam permanecer produtores culturais em tempo integral sem se tornar políticos. Apesar da antinomia entre autonomia e engajamento, é possível mantê-los simultaneamente. Quanto maior a independência do intelectual com relação a interesses mundanos, advinda de sua mestria, tanto maior sua inclinação a asseverar essa independência, criticando os poderes existentes, e tanto maior a efetividade simbólica de qualquer posição política que possam tomar (BOURDIEU, 2006, p. 22).

Devemos compreender que o intelectual buscaria representar e ser representante do seu povo, denunciados as atrocidades cometidas contra este e os usos e abusos de poder em nome de uma legalidade. De acordo com Edward Said

A essa tarefa extremamente importante de representar o sofrimento coletivo de seu próprio povo, de testemunhar suas lutas, de reafirmar sua perseverança e de reforçar sua me-

mória, deve-se acrescentar uma outra coisa, que só um intelectual, a meu ver, tem a obrigação de cumprir. Afinal, muitos romancistas, pintores e poetas (...) encarnaram a experiência histórica do seu povo em obras de arte, que, por sua vez, ficam reconhecidas como obras-primas. Nesse sentido, penso que a tarefa do intelectual é universalizar de forma explícita os conflitos e as crises, dar maior alcance humano à dor de um determinado povo ou nação, associar essa experiência ao sofrimento de outros (SAID, 2005, p. 53).

Para além dessas interpretações, temos a de Jean-Paul Sartre que acreditava que os intelectuais eram

Produtos de sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Neste sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz (SARTRE, 1994, p. 31).

A partir das considerações de Sartre, podemos entender que os assimilados faziam parte dessa sociedade nova, nascida do despedaçamento das suas antigas sociedades africanas, que entraram em choque com as transformações e violências intensificadas e massificadas com o colonialismo de Oitocentos. Assim, são produtos de uma comunidade que estava passando por intensas e profundas transformações em diversos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

As interpretações do papel do intelectual antes focalizadas permitem concluir que os assimilados foram intelectuais fortemente atuantes no jornalismo literário em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Podemos também evocar o conceito de intelectuais orgânicos de Antonio Gramsci, pois aquela camada da população fazia parte de uma estrutura social maior, o colonialismo, e estava envolvida com as questões práticas da sociedade e do Estado colonial que a rodeava. Os assimilados não buscavam representar algo ou alguém, mas serem representativos. Em suas reivindicações, denunciavam as mazelas e abusos cometidos pelas autoridades coloniais e buscavam a democratização do conceito de cidadania nos espaços em que circulavam, sendo assim, tornaram-se importantes representantes dos colonizados em Moçambique.

Para Antonio Gramsci, os intelectuais orgânicos não podem se restringir à eloquência da sua produção cultural, devem colocar-se ativamente na vida prática de sua sociedade. Dessa forma, o jornalismo desenvolvido em África nas primeiras décadas do século XX teve esse papel, pois não pretendia somente “satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 1979, p. 61).

Gramsci acreditava que as revistas e os jornais eram estéreis se não se tornassem a força formadora de instituições culturais associativas, cujos quadros deveriam ser abertos (GRAMSCI, 1979, p. 66). Podemos entender o associativismo em Moçambique no começo do século XX nessa perspectiva, pois o Grêmio Africano buscou integrar diversos grupos sociais, econômicos e raciais entre seus filiados. Além disso, seu jornal, *O Africano*, não era uma exclusividade para assimilados, mas destinado a diversos grupos culturais heterogêneos existentes na colônia.

Outro ponto fundamental da atuação jornalística, para Antonio Gramsci, são os títulos que os intelectuais dariam a seus escritos para atrair o público social aos quais se dirigia. Destaca também a dificuldade de criação de bons cronistas do cotidiano de opressão de uma comunidade, pois haveria uma identificação com o periódico a partir da identificação com sua escrita:

Tendência a títulos grandiloqüentes e pendantes, com oposta reação de títulos chamados “jornalísticos”, isto é, anódinos e insignificantes. Dificuldade da arte dos títulos: deveriam resumir algumas exigências, tais como a de indicar sinteticamente o assunto central tratado, o de despertar interesse e curiosidade levando a que se leia a matéria. Também os títulos são determinados pelo público ao qual o jornal se dirige e pela atitude do jornal em face de seu público: atitude demagógica-comercial quando se quer explorar as tendências mais baixas, atitude educativa-didática, mas sem pendatismo, quando se pretende explorar o sentimento dominante no público como ponto de partida para sua elevação. (...) Dificuldade de criar bons cronistas, isto é, jornalistas tecnicamente preparados para compreender e analisar a vida orgânica de uma grande cidade, inserindo neste quadro (sem pedantismo, mas sem superficialidade e sem “brilhantes” improvisações) todo problema singular à medida em que ele se torna atualidade (GRAMSCI, 1979, p. 196).

Esse engajamento na escrita literária apareceu nos diversos periódicos moçambicanos em circulação no início do século XX, especialmente em *O Africano*. De acordo com Benjamin Abdala Junior, o engajamento para o escritor se configurava de uma forma nova através da palavra escrita. Assim, seus textos são radicais por tentarem mostrar a essência da sociedade a sua volta. De modo geral

Os escritores engajados estão comprometidos com a transformação e suas perspectivas críticas não lhes permitem descartar a experiência alheia. (...) Quando o escritor escreve, pode julgar que o texto é apenas seu, não tendo consciência de que na verdade é a sociedade, que se escreve através dele. Na sua escrita está uma conferência de práxis coletivas, desde a específica da série literária até as outras, relativas à sua atividade noutros campos sêmicos do trabalho social. O escritor engajado procura ter consciência dessa inscrição social (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 39-45).

Comprometidos com os problemas sociais que os rodeiam e seu tratamento em uma perspectiva crítica (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 107), aos escritores engajados cumpre refletir sobre a sua posição também nos processos de construção literária (BENJAMIN, 1985, p. 2000). Segundo Benjamin Abdala Junior

Esse “repensar” não é neutro. O contrário, ele pede ao escritor engajado a consciência do risco histórico de que participa. Esse momento histórico solicita-lhe uma atitude de atrevimento, para que articule novas configurações formais em oposição às marcas do conformismo que podem neutralizar o novo imaginário político. (...) Quando o escritor escreve, pode julgar que o texto é apenas seu, não tendo consciência de que na verdade é a sociedade que se inscreve através dele. Na sua escrita está uma confluência de práxis coletivas, desde a específica da série literária até as outras relativas à sua atividade noutros campos sêmicos do trabalho social. O escritor engajado procura ter consciência dessa inserção social (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 111-112).

Benjamin Abdala Junior percebeu que, na África portuguesa, a apropriação social e nacional de uma cultura engajada foi realizada por setores assimilados cidadãos. Assim, no texto literário ocorria um engajamento real, pois haveria uma articulação entre “ciência” e “arte”, seu escrito colocaria as conexões dialéticas existentes nos espaços coloniais e as denúncias dos abusos colonialistas (ABDALA JUNIOR, 2007, p. 116).

Para Tania Macedo (2003, p. 31), a opção do escritor comprometido por seu local e cotidiano colonial, tornando o colonizado protagonista de suas histórias, é uma forma de engajamento, não sendo apenas uma opção estética, mas uma escolha para marcar posicionamento. Nessa mesma perspectiva de literatura engajada, vale lembrar as observações de Sartre:

Um escritor é engajado assim que ele se encarrega de tomar a consciência a mais lúcida e a mais integral de estar comprometido, quer dizer, assim que ele faz passar para ele e para os outros, o engajamento da espontaneidade imediata ao refletivo (SARTRE, 1948, p. 84).

Deste modo, a tomada de posicionamento do escritor engajado é uma recusa ao *status quo*. Albert Memmi salientou essa questão do fazer literário como uma forma de engajamento contra as formas de dominação impostas pelo colonialismo

A emergência de uma literatura de colonizados, a tomada de consciência de escritores norte-africanos, por exemplo, não é um fenômeno isolado. Participa da tomada de consciência de si mesmo de todo um grupo humano. O fruto não é um acidente ou um milagre da planta, mas o sinal de sua maturidade. Quando muito o surgimento do artista colonizado precede um pouco a tomada de consciência cole-

tiva da qual participa, que acelera com sua participação (MEMMI, 1979, p. 99).

O jornal *O Africano* e seus escritores fizeram uso do seu engajamento social para denunciar os descasos da situação colonial em Moçambique nas primeiras décadas do século XX. Os assimilados que integraram o periódico buscaram através da palavra tornar visíveis suas reivindicações e posicionamentos sócio-políticos. *O Africano* como possui uma voz homogênea, mas é constituído pelo timbre de diversos indivíduos que, atuando nesse veículo, produziram uma gama considerável de diferentes discursos e críticas ao Estado Colonial e seu entorno.

### **A trajetória literária e intelectual de José Albasini (O Bandana)**

Além do João Albasini, é preciso lembrar a figura de José Albasini, irmão do escritor, como outro importante jornalista e cronista de Moçambique colonial. José Albasini, conhecido em ronga como *Bandana*, fez parte da gestão do Grêmio Africano e da direção do jornal *O Africano*, tendo publicado textos no periódico. Um fato curioso nas suas publicações levantado por nossa pesquisa foi que os textos assinados como Bandana aparecem apenas em ronga, desde o primeiro número do jornal em 25 de dezembro de 1908. Em razão disso, acreditamos que José Albasini seria o responsável pela seção em língua landim de *O Africano*.

César Braga-Pinto assinalou que enquanto João Albasini tem despertado o interesse de alguns pesquisadores, a biografia e carreira de José aparecem marginalmente na história do jornalismo, da literatura moçambicana e do Grêmio Africano de Lourenço Marques (BRAGA-PINTO, 2015, p. 14). Sobre sua vida pessoal, sabemos que trabalhou como caixeiro comercial e se tornou, assim como o irmão, despachante na capital da colônia (ZAMPARONI, 1998, p. 400).

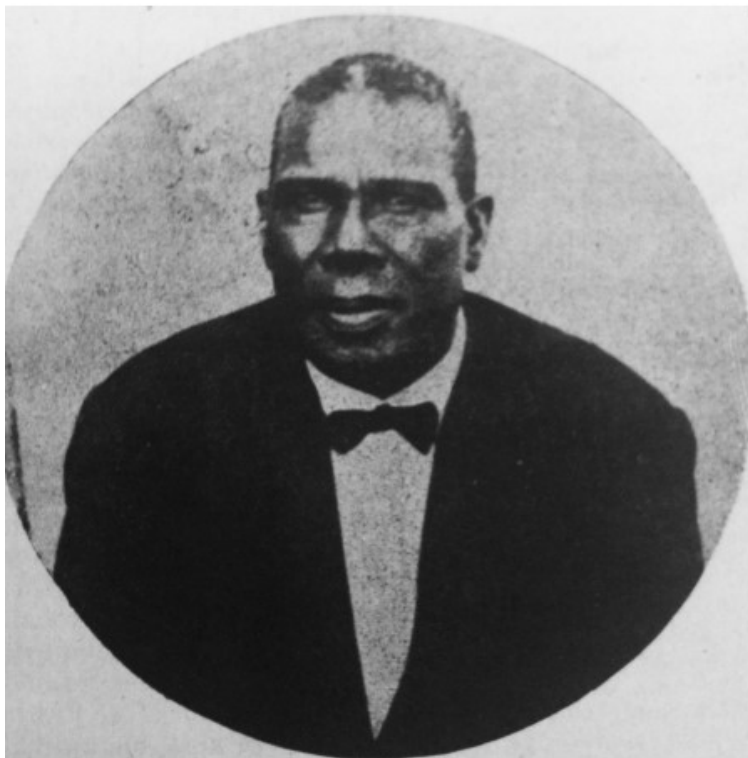
Em um texto assinado por Estácio Dias em *O Brado Africano* podemos perceber que José Albasini possuiria características e personalidade próprias, opostas às do irmão:

A primeira impressão que tive do irmão foi de um assimilado de meia dose; mal aparelhado, com musculatura forte, vergado de ombros, fazendo lembra os serviços das alfândegas e para mais não acompanhando a civilização nos vícios do fumo; não acompanhando as refeições com o delicioso néctar dos deuses, como complemento de civilização e, pior ainda, fungando rapé!  
Mas, um dia, José Albasini, entra numa discussão – que eram muitas, sobre política, sobre literatura – e José Albasini discorre, com uma lucidez de espírito e com saber que me fizeram modificar a impressão que tinha dele (O BRADO AFRICANO, 9/7/1934).

Ao contrário de João Albasini, fascinado por Eça de Queiroz, José Albasini era, conforme Estácio Dias, leitor dos semanários republicanos *O Povo*, *O Mundo* e um admirador de Camilo Castelo Branco (*O BRADO AFRICANO*, 2/5/1936).

De acordo com Valdemir Zamparoni e Paulo Soares, o colaborador Faftin seria um pseudônimo de José Albasini ao escrever em português para *O Africano* (SOARES, ZAMPARONI, p. 175). Em seus textos assinados como Bandana, o escritor tomava uma postura pedagógica, segundo Cesar Braga-Pinto, pois criticava o funcionamento das missões católicas no espaço colonial moçambicano, ensinava economia, comércio e agricultura aos seus leitores; e clamava os contemporâneos a reivindicarem seus direitos para melhorar suas condições sociais (BRAGA-PINTO, 2015, p. 15).

**Figura 1. José Francisco Albasini, o Bandana**



Fonte: BRAGA-PINTO, César (Org.). *José Albasini. À procura de saúde: crônicas de um doente (1935)*. Maputo: Alcances Editores, 2015, p. 5.

Em *À procura de saúde*, podemos verificar o estilo de Bandana, reproduzindo a tradução do texto originalmente publicado em ronga:

Deixemos de ser tão bonzinhos, e pensarmos que somos todos irmãos tal como diz a lei de Jesus Cristo. Os brancos pensam assim, nós também devemos abrir a vista e vermos que eles não são nossos irmãos. Se fossem nossos irmãos não iriam tirar leis que são más apenas para nós, não iriam nos amarrar porque a lei da República não permite isso, não teriam tirado a lei sobre os bilhetes de identidade, e outras leis que irão tirar quando começaremos a enfraquecer, quando já não teremos mais san-



gue, uma vez que o resto terá sido consumido pela bebida alcoólica designada “colonial”.

Não esperemos que eles venham nas nossas casas para nos visitarem ou para verem o que temos em falta. Procuremos pessoalmente o que nós precisamos, usando as nossas próprias mãos.

Avante!... (O AFRICANO, 10/01/1914)

Nessas palavras, percebemos que José Albasini, sob o pseudônimo de Bandana, possuía o mesmo grau de combatividade do seu irmão, mas que de forma alguma encarava a presença portuguesa como algo benéfico para a população nativa. Acreditamos que ao escolher o ronga como sua principal língua de publicação almejava justamente sua difusão entre os habitantes de Lourenço Marques, por ser um público ainda mais específico do que o de seu irmão. Sendo assim, é nítido seu interesse na construção da consciência social dos moçambicanos.

A venda de *O Africano*, em finais de 1918, segundo relato de Estácio Dias, foi encarada com tristeza por José Albasini. Felizmente, afirma, rapidamente a localidade teria um novo jornal e um perfil ainda mais combativo que o do anterior:

‘Sabe? O João e o administrador do ‘O Africano’ estão negociando a venda do jornal ao Padre Vicente! Ah! Mas não havemos de ficar sem um jornal’.

Nunca vi o José Albasini tão triste como dessa vez, ele que pretende ser forte mesmo perdendo um ente querido.

Meses depois aparecia o “O Brado Africano”

Porque, o irmão João, tendo sido um brilhante Instrumento, não foi um grande organizador. Sentindo embora as injustiças dos homens, e atacando-as, não punha nelas a gravidade precisa (O BRADO AFRICANO, 09/07/1934).

Quando João Albasini viajou a Portugal em início dos anos de 1920, José assumiu suas funções no Grêmio Africano e, com a morte de João em 1922, José ficaria com a direção, juntamente com Estácio Dias, de *O Brado Africano*. Esse novo jornal apresentou um perfil editorial mais acusativo que o de *O Africano* e adotou uma linha editorial “em defesa dos naturais da colônia”. Podemos considerar que, ao administrar o periódico, José Albasini optou por um perfil mais pragmático e combativo para o impresso.

Em 1917, a administração colonial portuguesa aprovou o Estatuto do Assimilado, o que causou revolta de importantes membros do Grêmio Africano e dos irmãos Albasini. Em 1920, João Albasini, para cuidar da sua saúde, viajou a Lisboa e buscou tratar da questão do estatuto representando os assimilados existentes em Moçambique. Nessa viagem, como afirmamos anteriormente, teve importante contato com os ideais pan-africanistas. A Portaria dos Assimilados só seria revogada em 1921, um ano antes de sua morte.

Esse clima de incertezas, que pairava sobre Moçambique nos primeiros anos da década de 1920, permitiu que um grupo de negros protestantes, que escreviam para a seção landina de *O Brado Africano*, fundasse seu próprio periódico: *Dambu dja Africa* (Sol de África). No princípio da década seguinte, essa divisão entre os negros e mulattos se intensificaria ainda mais com a criação do *Instituto Negrófilo* (1932) e com a renomeação do Grêmio que passou a ser Associação Africana (1938). Em 1926, a Lei João Belo obrigava que os administradores dos periódicos tivessem formação superior, momento em que *O Brado Africano* começou a apresentar oficialmente nomes de outros diretores, mas sua direção e organização permaneceram nas mãos de José Albasini e Estácio Dias.

A cisão se acirrou ainda mais com a chegada de Karel Pott, em julho de 1931, que se tornaria o novo presidente do Grêmio e diretor de *O Brado Africano*, entrando em conflito com a geração de José Albasini e Estácio Dias. Esses embates se intensificaram em 1932, quando Karel Pott solicita a saída de José Albasini do periódico, o qual lhe respondeu com um editorial inflamado. Esse cenário de disputa fez com que Marciano Nicanor da Silva, em nome do jornal, movesse uma ação contra Pott, levando à suspensão do periódico entre dezembro de 1932 e fevereiro de 1933, a partir de quando adotou o título de *O Clamor Africano*, sob a direção de José Albasini (BRAGA-PINTO, 2015, p. 17-18). Estácio Dias lamentou em uma publicação no periódico o conflito geracional nos anos de 1930:

Apologistas do lugar para os novos, não vou, porém, até ao ponto de aprovar que os novos dêem o espetáculo de guerra de morte ao passado, calcando-o como se o sangue cafre nos fosse fatal até ao ponto de nos tornar impossível a assimilação dos que nos trouxeram outra civilização (O CLAMOR AFRICANO, 10/12/1912).

Esse espaço de disputa levou *O Brado Africano* a desligar-se do Grêmio Africano, mas com alguns momentos de retorno. José Albasini e Estácio Dias, excluídos da direção do Grêmio, permaneceram na gestão do periódico até o ano de suas mortes, respectivamente 1935 e 1937. Em seus anos de administração do periódico, José Albasini fez severas críticas à maneira como a associação conduziu essa disputa:

Vou fazer aqui uma declaração que vai surpreender alguns dirigentes da nossa Associação. Sou também um dos fundadores do Grêmio Africano de Lourenço Marques. Custou-me muito a criá-lo até atingir o esplendor em que está. Não sei se só por dizer isso, é motivo para mo entregarem. No caso de Grêmio não querer para ser órgão, voltará o *Brado Africano* a ser, como era no seu início, somente órgão dos interesses indígenas (O BRADO AFRICANO, 10/12/1932).

Nos parágrafos anteriores, em uma extensão do foco da pesquisa, apresentamos o embate entre a geração de 1908 e a geração que acabava de surgir entre os no-

vos assimilados, justamente para localizar a escrita de José Albasini e sua trajetória de vida após a morte do irmão.

Essa situação de tensão era constante no espaço de Moçambique nos anos de 1930, um reflexo do que acontecia na metrópole devido à implantação do Estado Novo Português por Oliveira Salazar. Segundo César Braga-Pinto

É neste momento de ascendente clima de racismo, com a segregação racial nas escolas e nas salas de cinema, o recrudescimento da censura, a divisão entre negros e mulatos, a inevitável cooptação dos assimilados, e a atitude de negação da herança africana por boa parte das novas gerações, que o ‘assimilado de meia dose’ José Albasini publica, entre 3 de março e 25 de agosto de 1934, uma série enumerada de doze crônicas, intituladas ‘À procura de Saúde’. O clima de divisão está presente já nas primeiras linhas do texto, quando Albasini nostalgicamente recorda os tempos passados, ainda na virada do século, quando ele presenciara a inauguração das estradas de ferro: um tempo em que ‘não havia brancos, nem pretos, que só havia portugueses’ (BRAGA-PINTO, 2015, p. 20).

Nessa série de crônicas de José Albasini, publicadas nas páginas de *O Brado Africano*, percebemos uma narrativa com caráter autobiográfico e de viagens. De acordo com César Braga-Pinto, ela “poderia ser considerada a primeira narrativa de intenções literárias escrita e publicada por um moçambicano” (BRAGA-PINTO, 2015, p. 12). O jornal *O Brado Africano* anunciava em suas páginas a publicação dessas narrativas:

Iniciamos hoje a publicação de umas crônicas do nosso Director escritos de Incomati, onde se encontra. Pensa ele em abordar vários assuntos não só respeitantes a Incomati como também a Ressano Garcia, Moamba, Missão de S. Jerónimo, a Missão de Antioka, Xinavane, Manhiça, Escola de Preparação de Professor etc., etc. Nestas crônicas procurará o nosso Director, contar tudo o que sabe e aquilo que outros sabem, lendas e superstições indígenas, contos reg’onaes, usos e costumes etc (O BRADO AFRICANO, 03/03/1934).

A série de crônicas foi construída sem títulos, mas com algarismos romanos que demarcaria uma sequência existente. Cada número expressaria as viagens que José Albasini realizou em Moçambique, buscando um melhor tratamento para a cura da tuberculose. A família Albasini padecia com mortes por tuberculose (BRAGA-PINTO, 2015, p. 20). Na crônica de número VII, o escritor trouxe à tona a ligação familiar com a doença:

Mas ainda que um homem faça o bastante para se não ralar, para viver em paz, não o pode fazer se relações vêm ter co-

nosco, ora quando nos morre o pai e a mãe, que tanto amamos e que nos deram o ser, ora quando nos morrem os filhos, que são a carne da nossa carne ou, ainda, quando desaparecem dia a dia os nossos amigos queridos. O coração sofre então por mais esforço que um homem faça para o tornar calmo. Daí as doenças que atormentam, maçam e nos arrebetam (O BRADO AFRICANO, 12/05/1934).

Em sua primeira crônica, José Albasini acreditava que a tuberculose fazia parte de uma superstição nativa ligada à sua família e rememora a morte do irmão pela doença “historiando uma superstição nativa a meu respeito e da minha família. Trata-se de uma fera à solta, que já deu cabo de algumas pessoas entre elas João Albasini” (O BRADO AFRICANO, 03/03/1934).

Na série de crônicas perceberemos um silenciamento do escritor a respeito da palavra tuberculose, esse silêncio sobre a doença pode ser encarado como uma dificuldade de enfrentamento da enfermidade ou até mesmo sua negação.

Entre as localidades visitadas pelo cronista em sua viagem estão Ressano Garcia, Marracuene, Magudo, Intimane, Xinavane, Tanianga, Manhiça e Incomati. Percebemos nos seus escritos uma degradação da saúde do escritor conforme vai viajando e isso o leva a refletir sobre o estado atual de Moçambique. Em diversas passagens das crônicas, o autor rememora importantes acontecimentos na colônia em finais de Oitocentos e início da centúria seguinte, que marcaria a construção da identidade daquele Estado Colonial. Além disso, percebemos que José Albasini prefere falar da decadência em que se encontrava a colônia, como recurso para silenciar sobre seu estado de saúde pessoal:

Todas as noites, das 2 da madrugada à manhã clara, acordava a tossir, e isso durava horas e horas e não dormia mais. Depois já não era só a noite que tossia; mas de dia também. Eu não me descuidei com esta doença. Logo no dia seguinte consultei um amigo, que me aconselhou uma ‘bebedeira de cognac com açúcar e leite quente’. Como não bebo bebidas alcoólicas, resisti a tomar o cognac, mesmo como remédio. Um outro aconselhou-me ‘vinho muito açucarado e muito quente tomado já deitado’; também não aceitei. Depois destes vieram centos e centos de receitas, umas da farmácia e outras caseiras; a maioria pendia para medicamentos confeccionados com bebidas, o que me fez compreender rapidamente o motivo da prosperidade das cantinas – é que vendem bebidas como bebidas e bebidas como remédios (O BRADO AFRICANO, 10/03/1934).

À semelhança do verificado nos textos de João Albasini, a ironia e a comichade perpassaram as crônicas de José Albasini. A sua própria condição não escapa de jocosidade: “Enfim médicos e medicamentos não me faltaram: a doença é que era de má qualidade” (O BRADO AFRICANO, 10/03/1934).

Segundo César Braga-Pinto, a respeito das descrições presentes na série de crônicas de José Albasini:

Seu encontro com as paisagens e realidades do interior africano é colorido de memórias pessoais e coletivas, resultando em uma narrativa complexa, às vezes dramática, mas em alguns momentos também bem-humorada, tratando de assuntos tão diversos como: o sistema legal na colônia (do qual, tendo sido preso, ele próprio é vítima), a censura à imprensa, o câmbio local, o monopólio norte-americano da gasolina, o estado da economia, da agronomia e da pecuária, o celibato dos padres católicos e o papel dos missionários suíços, o abuso de poder pelos administradores locais e a exploração dos pequenos agricultores ou, no registro mais autobiográfico, como conheceu Estácio Dias e o papel deste em o *Brado Africano*. Há também anedotas que tratam desde a sabedoria popular, que ensina como matar jacarés, até dos encontros e desentendimentos entre Africanos e Europeus, como o episódio da visita de um alto comissário inglês ao rei da Zululândia, na década de 1890, situação em que Albasini se posiciona acima e fora da divisão racial, aproveitando para comentar sobre o absurdo do racismo: ‘Os brancos dizem que os pretos cheiram a catunga e estes queixam-se dos brancos que cheiram a cadáver. Vá lá entendê-los’ (BRAGA-PINTO, 2015, p. 21).

Em diversas passagens em suas crônicas perceberemos um contato com as culturas nativas para a cura de sua doença, distanciando-se do comportamento padrão que um assimilado deveria ter de negação para essas práticas. É interessante fazermos um paralelo entre os irmãos Albasini nessa questão: enquanto João buscou a cura da doença através da medicina ocidental viajando para Lisboa, José acreditava que acharia uma melhora por meio da medicina tradicional dos nativos.

Após seu retorno final a Lourenço Marques, *O Brado Africano* anunciava, em 12 de maio, a morte de Augusto (um de seus netos que o acompanhou no itinerário de viagem). Em 2 de fevereiro de 1935, Eusébio Albasini, filho mais velho de José também morreu em decorrência da doença. E, praticamente dois meses depois, em 24 de abril de 1935, José Albasini faleceria, assim como seus outros parentes, vítima da tuberculose (BRAGA-PINTO, 2015, p. 26).

### Referências bibliográficas

- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *De vóos e ilbas: literatura e comunitarismos*. Cótia-SP: Atelie Editorial, 2007
- ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*. Cótia, SP: Atelie Editorial, 2007.
- APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *O autor é um produtor*. São Paulo: Ática, 1985.

- BOURDIEU, Pierre. "The corporatism of the universal: the role of intellectuals in the modern world". Telos, 1989, n. 81, p. 99. *Apud* CHAUÍ, Marilena. Intelectuais engajado: uma figura em extinção? IN: NOVAES, Aduato. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BRAGA-PINTO, César (Org.). *José Albasini. À procura de saúde: crônicas de um doente (1935)*. Maputo: Alcances Editores, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. Intelectuais engajado: uma figura em extinção? IN: NOVAES, Aduato. *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CORBISSIER, Roland. Prefácio. IN: MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FRY, Peter. Culturas da diferença: seqüelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. *Afro-Asia*, n. 30, p. 271-316, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MACEDO, Tania. *Uma cidade e sua escrita: a representação literária de Luanda*. Tese de Livre Docência. Assis: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", 2003.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MENDONÇA, Fátima. "Dos confrontos ideológicos na Imprensa em Moçambique". IN: CASTELO, Cláudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; SILVA, Teresa Cruz (Orgs.) *Os outros da colonização: ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciência Sociais, 2012.
- MENDONÇA, Fátima. *Literatura moçambicana as dobras da escrita*. Moçambique: Ndjira, 2011.
- MINDOSO, André Victorino. *Os assimilados de Moçambique: da situação colonial à experiência socialista*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2017.
- MOREIRA, José. *Os assimilados, João Albasini e as eleições (1900-1922)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1997.
- O AFRICANO
- O BRADO AFRICANO
- O CLAMOR AFRICANO
- O'LAUGHLIN, Bridget. Class and the customary: ambiguous legacy of the indigenato in Mozambique. *African Affairs*, v. 99, n. 394, p. 5-42, 2000.
- SAID, Edward. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
- SARTRE, Jean-Paul. *Situations II*. Paris: Gallimard, 1948.
- SILVA, Augusto Santos. Podemos dispensar os intelectuais? IN: MARGATO, Isabel; GOMES, Renato Cordeiro (org.). *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SOARES, Paulo; ZAMPARONI, Valdemir. Antologia de textos do jornal "O Africano" (1908-1919). *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 22, pp. 127-179.
- THOMAZ, Fernanda do Nascimento. *Os "Filhos da Terra": discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890 – 1930)*. Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2008.
- WALTY, Ivete; CURY, Maria Zilda. O intelectual e o espaço público. *Revista da ANPOLL*, v. 1, n. 26, 2009, pp. 219-232.

- ZAMPARONI, Valdemir. A imprensa negra em Moçambique: a trajetória de “O Africano” (1908-1920). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*, SP, v. 11, n. 1, 1988, pp. 73-86.
- ZAMPARONI, Valdemir D. “Colonialismo, jornalismo, militância e apropriação da língua portuguesa em Moçambique nas décadas iniciais do século XX”. IN: GALVES, Charlotte; GARMES, Helder; RIBEIRO, Fernando Rosa. *África-Brasil: caminhos da língua portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- ZAMPARONI, Valdemir D. *Entre Narros e Mulungos: colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, Moçambique, c. 1890-c. 1940*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social. São Paulo: USP, 1998.